



A INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DE UMA OFICINA PEDAGÓGICA

Luisa da Fonseca Tavares¹

Raizza Teixeira dos Santos²

INTRODUÇÃO

O trabalho a ser aqui apresentado foi desenvolvido durante a disciplina “Cultura Material na Antiguidade Clássica e Educação Patrimonial II” ministrada no segundo semestre de 2011 pela Prof^a Dr^a Regina Maria da Cunha Bustamante³ com a colaboração das Professoras Cleusa Jocelia Machado⁴ e Celi do Nascimento Palacios⁵ no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o auxílio financeiro do Edital Prodocência do Ministério da Educação (MEC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A disciplina teve como foco a Educação Patrimonial e sua inserção no ensino de História Antiga. Assim, foram produzidas oficinas que se utilizam da cultura material a partir das peças do acervo do Museu Nacional da UFRJ, mais especificamente as exposições permanentes “Egito Antigo”⁶ e “Culturas do Mediterrâneo”⁷, e da técnica do drama como método de ensino para História Antiga em nível da Educação Básica.

Realizamos junto a outros alunos de graduação em História estudos sobre Educação Patrimonial e sua relevância no cenário atual, ressaltando as relações entre cultura material (FUNARI, 2005), patrimônio, ensino de História e conceito de biografia do objeto através de leituras e debates de textos específicos. Adentramos inclusive ao mundo das artes cênicas com o auxílio das professoras do Colégio de Aplicação (CAp)/UFRJ, para repensar as metodologias de ensino e experimentar novas formas que contribuíssem com o processo de ensino-aprendizagem. Assim, conhecemos e nos aprofundamos, de maneira teórica e prática, no drama como método de ensino apresentado por Cabral (2006).

Foram, então, criadas oficinas pedagógicas, todas com temáticas de Antiguidade, abordando cotidiano, cultura e costumes da Grécia, Roma e Egito. Nesta comunicação, abordaremos uma das oficinas sobre Egito Antigo, aplicada a uma turma do CAp/UFRJ, em

¹ Graduada em História pelo Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ.

² Graduada em História pelo Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ.

³ Integrante do Laboratório de História Antiga (LHIA) / Instituto de História / UFRJ.

⁴ Integrante do Setor de Artes Cênicas/Colégio de Aplicação – UFRJ.

⁵ No período da disciplina, integrante do Setor de Artes Cênicas/Colégio de Aplicação / UFRJ.

⁶ Exposição da Coleção Egípcia dos Imperadores D. Pedro I e D. Pedro II.

⁷ Exposição da Coleção Greco-romana da Imperatriz Teresa Cristina.

março de 2012, a fim de refletir sobre a Educação Patrimonial e o ensino de História, entendendo-os como áreas que prezam o desenvolvimento da sociedade e a formação de cidadãos atuantes e questionadores.

A HISTÓRIA E A ARQUEOLOGIA: A CULTURA MATERIAL A SERVIÇO DO CONHECIMENTO

Para os antigos, a História era uma forma de buscar a compreensão do presente, registrando os acontecimentos de forma clara para que não existam dúvidas dos fatos. O estudo do passado então, se fazia “com testemunhos, com objetos, com paisagens, não necessariamente com documentos escritos, consultados apenas marginalmente e citados de forma indireta, reportada” (FUNARI, 2005:84), mesmo sem o conhecimento da língua contida nos documentos. Diferentemente, os historiadores modernos eram filólogos, focando-se no estudo da língua. Queriam estudar pela origem, não deixando dúvida da veracidade do documento. A História moderna tem seu significado ligado aos documentos escritos, como única fonte de verdade inquestionável. Notamos que os antigos faziam uso das fontes materiais, mas na modernidade temos uma ruptura e o predomínio dos documentos escritos, colocando a arqueologia num lugar subalternizado, sendo esta sua marca por muito tempo.

A História considerava a cultura material como uma complementação da fonte escrita. Porém, a preocupação com a preservação dessas fontes conduziu a iniciativas arqueológicas de recolhimento de fontes materiais, ou seja, a cultura entendida como “tudo que é feito ou utilizado pelo homem” (FUNARI, 2005:84). Somente a partir do século XIX com avanços técnicos e mudanças políticas e epistemológicas, a cultura material passou a ser integrada e vista como fonte histórica.

A Arqueologia apresentou uma nova fonte de pesquisa a História, demonstrando a possível relatividade do documento escrito. Uma exemplificação de que a fonte escrita abordava um viés elitista e erudito, são as pesquisas sobre os escritos, cujo lado da resistência não era explicitado. “Os métodos arqueológicos possibilitam o acesso a segmentos sociais pouco visíveis ou analfabetos” (FUNARI, 2005:18). A diversidade de fontes durante uma pesquisa pode fornecer vestígios de lutas, que geralmente são ocultados pelas obras produzidas pelos letrados. As fontes arqueológicas, portanto, possibilitam o estudo da especificidade de cada contexto histórico, já que circularam na vida social ao longo do tempo.

Para Gonçalves (2005:3) “o entendimento de quaisquer formas de vida social e cultural implica necessariamente na consideração de objetos materiais”.

No caso específico deste trabalho, o ensino da História antiga, além da dificuldade em abordar uma temática distante – às vezes considerada como algo esotérico pelos alunos – professores e historiadores exclamam a ausência de material didático e fontes escritas. Para isso, Funari (2000:96) destaca a importância do conhecimento das fontes antigas, já que História se faz com elas, e no caso da antiga, não somente de documentos escritos, mas também da cultura material: “o estudo arqueológico de edifícios, estátuas, cerâmica, pintura, entre outras categorias de artefatos”. Pensando que a Antiguidade não se inicia com a escrita, como sinaliza Funari (2000: 96), o uso da cultura material nos mostra “como o homem possui uma História antiga multimilenar, anterior à escrita em milhares de anos”.

Contudo, para a utilização das fontes nos estudos históricos são necessárias as ferramentas interpretativas, como explica Funari (2005). Elas se mostram importantes na transformação das fontes em fatos históricos, pois apenas no momento em que o historiador explora e a contextualiza, a fonte torna-se útil. Elas por si só não nos revelam conhecimentos. A fonte arqueológica é passível de construção de conhecimento por meio de metodologias e teorias que os historiadores as submetem. Gonçalves ressalta que “sem esses sistemas de categorias, sem sistema de classificação, os objetos materiais (assim como seus usuários) não ganham existência significativa” (2005:8). Assim, aponta-se ser fundamental para nossa inserção ao estudo da cultura material. Podemos, assim, compreender sua evolução frente à História. E a partir disto possuímos uma breve noção de como trabalhar e utilizar a fonte arqueológica através da biografia do objeto.

Segundo Gonçalves (2005:8)

Na medida em que os objetos materiais circulam permanentemente na vida social, importa acompanhar descritiva e analiticamente seus deslocamentos e suas transformações (ou reclassificações) através dos diversos contextos sociais e simbólicos.

Na busca da compreensão da dinâmica da vida em seus variados aspectos, cabe aos historiadores procurar e contextualizar os lugares por onde o objeto em análise já esteve, ou seja, da possível origem até o local que se encontra. Yassuda (2009) e Elazari (2009) concordam que os objetos têm participação ativa na vida das pessoas, de modo que seus proprietários detém memória significativa, que deve ser resgatada pelo historiador. Ao

estarem expostos em museus podem estabelecer uma identidade com a sociedade. Para Yassuda (2009), estes objetos museológicos, junto com o tempo, espaço e a sociedade, forma a biografia do objeto. “Em uma trajetória espaço-temporal, este objeto teve participação ativa na vida das pessoas, atrelando-se a ele conceitos de utilidade, valor e significado. Afastando-o do contexto em que vivia depositado em um museu, perdeu-se a utilidade...” (YASSUDA, 2009:70-71).

Mas o que vem a ser a biografia do objeto? A biografia do objeto significa a busca de dados a respeito de sua origem, utilização e motivação que o levaram a fazer parte de um acervo museológico, individualizando-o e dando sentido ao valor patrimonial a que se destina. Resumindo com Elazari (2009), biografia do objeto significa traçar a história do objeto. Para Yassuda (2009) significa relacionar o objeto com a sociedade num determinado tempo e espaço, ressaltando a interação social que ele estabelece.

As peças, no caso, as culturas materiais, que compõem os acervos museológicos são portadoras de crenças, ritos, costumes, técnicas, condições econômicas das sociedades, e tais informações, são obtidas através das ferramentas interpretativas que atentam as características de produção e veiculação de informações, transformando-os em “documentos”. Adultos, crianças e jovens, público em geral que frequentam museus encontram esses variados objetos expostos em vitrinas, mas para que ocorra algum aprendizado, em muitas situações, é necessária a mediação de algum profissional. A equipe educativa nesses casos é bem-vinda. Os objetos em exposição podem ser utilizados como material didático ao serem colocados em um trabalho de análise, de interpretação, e de crítica por parte dos alunos mediados pelo professor ou educador/visitante. Há uma mudança de condição e dos olhares sobre as peças, como Bittencourt (2004:355) explana, o que evidencia a relação da cultura material com a produção de conhecimento histórico:

A potencialidade de um trabalho com objetos transformados em documentos reside na inversão de ‘um olhar de curiosidade’ a respeito de ‘peças de museus’ – que, na maioria das vezes, são expostas pelo seu valor estético e despertam o imaginário de crianças, jovens, adultos sobre um ‘passado ultrapassado’ ou ‘mais atrasado’ – em ‘um olhar de indagação’, de informação que pode aumentar o conhecimento sobre os homens e sobre sua história.

Estamos abordando a cultura material no local mais comum de encontrá-las no centro urbano: em um museu. Se entendermos os objetos como férteis para a construção da História, logo encaramos seus sítios finais como espaços potentes para ação educativas. Tendo como um dos seus papéis guardar e preservar o Patrimônio Cultural, os bens culturais expostos nos museus nos possibilitam questionar a despeito da constituição de uma memória e da preservação de um passado. Segundo Almeida e Vasconcellos (2004:107) “no caso de um museu histórico, uma de suas principais funções seja a de contribuir para o entendimento, de sua construção e de sua representação no momento presente”.

Contudo, uma visita tradicional com o professor apenas acompanhando ou com o auxílio de um roteiro escrito pode resultar numa visão parcial e simplista do acervo. Segundo Bittencourt (2004:355) “essa forma de visitar museus faz com que os objetos permaneçam inacessíveis, conclui, sendo preciso desencadear uma ação educativa que estimule a sensibilidade à linguagem plástica”. Assim como aprendemos a ler as letras, é preciso aprender a ler imagens, objetos e museus. Os discursos museográficos não são explícitos e as informações precisam ser transformadas em conhecimentos. Almeida e Vasconcellos (2004:105) nos sinalizam que “não basta visitar uma exposição museológica para que ocorra um processo educativo: é preciso compreender as mensagens propostas pela exposição e construir novas significações a partir delas”.

No processo de descoberta e interpretação dos objetos, Bittencourt (2004) descreve as etapas para a formulação de conhecimento histórico a partir dos mesmos. Inicialmente é preciso desenvolver a sensibilidade estética deixando o aluno expressar livremente suas impressões e se possível, possibilitar contato físico com a peça. Adentrando aos aspectos científicos é importante introduzir aos conceitos da cultura material, e caso faça parte de um acervo, contextualizar o objeto ao conjunto maior que ele integra, de modo que o participante se questione com relação a sua fabricação e utilidade. Nessa parte cabe enfatizar a importância da bagagem cultural que o aluno carrega. A partir de suas experiências e conhecimentos próprios, o educador conduzirá a investigação. “O princípio básico reside na observação livre e na observação dirigida” (BITTENCOURT, 2004:358). Por meio da observação acontece a identificação e descrição do objeto; em seguida, a comparação dos objetos, a fim de chegar a tipologia e a classificação. Ao final a síntese, onde se espera que o aluno seja capaz de relatar o processo de descoberta da peça até o contexto cultural ao qual ela

pertença. Nas palavras de Almeida e Vasconcellos (2004:111) “ao lidar com a observação tátil e visual de objetos arqueológicos e etnográficos, os alunos têm a oportunidade de discutir a utilização de fontes materiais para a pesquisa e também exercitar suas percepções”.

A Educação Patrimonial, de acordo com o Iphan⁸,

... constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.

Diante dessa definição e significado dos bens culturais como um elo entre passado e presente na compreensão das nossas realidades, o ensino de História encontra terreno fértil na Educação Patrimonial para o desenvolvimento de uma leitura crítica de mundo, na qual o público escolar discente adquire ferramentas para uma participação ativa frente às demandas e desafios sociais atuais colocados pela nossa sociedade plural e desigual, de modo que esse aluno deixa de ser um mero espectador e passe a ser um sujeito produtor da História e perpetuador da memória social e coletiva, ao entender seu papel como cidadão.

Segundo Elazari (2009) o museu é um lugar de memória onde diferentes grupos sociais têm suas histórias de vida preservadas, estudadas e compartilhadas. Dessa forma, nessas instituições tem-se o reconhecimento das identidades dos povos e a valorização de suas culturas. O patrimônio cultural que compõe o museu tem sua função e parte com a sociedade. Gonçalves (2005:22) explica que

... na medida em que assim classificados e coletivamente reconhecidos, esses objetos desempenham uma função social e simbólica de mediação entre o passado, o presente e o futuro do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e sua integridade no espaço.

Deste modo justifica-se a procura e estudo sobre os museus e patrimônios: eles representam identidades. A seguir, apresentamos a oficina pedagógica baseada na educação patrimonial, cultura material e Egito Antigo.

A OFICINA PEDAGÓGICA “O RIO NA TERRA DO NILO”

⁸ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>> Acessado em: 14 de jun. 2015.

A oficina “O Rio na Terra do Nilo” foi resultado final de todo um processo de estudo e preparação de graduandos do curso de História da UFRJ. Os estudantes passaram por algumas etapas até a construção da oficina em si e, enfim, a sua prática no CAp/UFRJ.

Inicialmente, as professoras e graduandos realizaram uma visita ao Museu Nacional/RJ, tendo a mediação do Prof. Dr. Antonio Brancaglioni Junior⁹. Objetivou-se conhecer o museu e analisar as peças que poderiam ser trabalhadas nas Oficinas Pedagógicas. No nosso caso tivemos como referência a exposição permanente “Egito Antigo”¹⁰ e selecionamos um objeto específico, conhecido como “*shabti*”. Toda a oficina é baseada em torno desta peça, que são estatuetas funerárias egípcias encontradas em contexto sepulcral. Segundo Gama (2008:24-25)

Podemos definir o nosso objeto de estudo por meio da sua função a ser desempenhada no Além egípcio, isto é, estes artefatos são substitutos do morto como trabalhadores ou múmias artificiais, substituindo o proprietário, por meio da magia, em dois níveis: como servos que substituem seus mestres na corveia ou como substituto físico do morto.

O Egito tem um caráter especial a ser tratado. Quando os alunos do ensino básico têm contato com a história do Egito antigo, passa-se o ideal misterioso e fantástico de um mundo onde múmias, pirâmides e faraós são protagonistas. A mídia não difere muito dessa ideia, enaltecendo algo místico e alimentando as ficções, como uma maldição. São elementos que chamam a atenção das crianças e as deixam maravilhadas com as figuras principais de uma civilização antiga. Nossa ideia foi aproveitar esse imaginário para o ensino em uma época atual.

A renovação da História antiga, assim como a quebra de estereótipos, tem surtido efeito como sinaliza Funari (2008) com relação aos livros didáticos. Estes têm deixado um pouco de lado a historiografia tradicional diversificando as páginas com outros temas e abordagens, como inserir o estudo da Antiguidade na realidade brasileira. Trabalhamos o Egito antigo desmistificando sua cultura com o uso de analogias que os remetem ao contemporâneo. Dessa forma mostramos aos alunos que apesar de uma distância espaço-temporal estamos diante de uma sociedade com uma cultura diferente, mas que podemos encontrar semelhanças e divergências.

⁹ Curador da exposição do “Egito Antigo” e atual Decano da Arqueologia do Museu Nacional da UFRJ.

¹⁰ Exposição da Coleção Egípcia dos Imperadores D. Pedro I e D. Pedro II.

Antes de descrever a oficina é preciso explicar a base técnica que oficina foi construída. O “drama” como método de ensino foi nos apresentado pela Professora de Artes cênicas e desenvolvido durante a disciplina pelos alunos. Na definição de Cabral (2006:12) “constitui-se atualmente numa subárea do fazer teatral e está baseado num processo contínuo de exploração de formas e conteúdos relacionados com um determinado foco de investigação”. No drama em sala, são criadas situações imaginárias – contexto de ficção – onde os alunos são convidados a responder, tomar atitudes e agir nas mais variadas situações possíveis. De maneira que “não ficamos restritos ao contexto ‘real’ da sala de aula, nem a excursões ocasionais”, Cabral (2006) afirma um dos potenciais dessa técnica. Para o ensino de História, contribuiu na desnaturalização daquilo que é aceito sem reflexão e incorporado à rotina sem maiores questionamentos. Inclusive, podemos gerar situações impensáveis nos dias de hoje, mas recorrentes em outros períodos e assim, possibilitar experiências antes impensáveis.

A partir do entendimento do objeto escolhido e dos componentes básicos, o grupo delimitou os seguintes objetivos da oficina:

- Explicar a função e o ofício do arqueólogo e do historiador;
- Reconhecer a cultura egípcia;
- Distinguir as crenças egípcias antigas sobre a morte a partir do objeto em foco, o *shabti*.

Traçados os objetivos o próximo passo foi criar o contexto de ficção. A situação montada foi a seguinte: “O Museu do Cairo está oferecendo uma recompensa à equipe que encontrar uma peça pertencente a XXX Dinastia”. Esse texto foi escrito no cartaz que foi exposto nas salas dos alunos do 7º ano do CAp/UFRJ, como material de divulgação da oficina. Ainda no cartaz, convidávamos a todos a participar da expedição “Rio na Terra do Nilo” do Museu Nacional numa busca pelo Egito. Em seguida, já mais próximo da realização da oficina, enviamos o seguinte recado aos alunos:

Caro/a aluno/a,

Parabéns! O Museu Nacional do Rio de Janeiro tem o prazer de informar que você foi selecionado/a para integrar a expedição “O Rio na terra do Nilo”, que partirá para o Egito no

dia 08 de março às 13h30m. Essa expedição está participando do concurso “Descobrimo a XXX Dinastia” do Museu Egípcio do Cairo. O concurso consiste em:

1. Encontrar alguma peça desta dinastia para montar uma futura exposição;
2. Demonstrar à Diretora do Museu Egípcio do Cairo, em apresentação, o motivo de sua peça ser da XXX Dinastia e a sua relevância para a exposição.

Caso sua equipe seja a escolhida, receberá uma recompensa.

Prepare suas malas e boa viagem!

Para a oficina foram criadas quatro personagens centrais no desenrolar, interpretados pelos graduandos e pelas professoras da disciplina: uma assistente do departamento de patrimônio do Museu do Cairo; uma arqueóloga do Museu Nacional/RJ; uma historiadora do Museu Nacional/RJ; a diretora do Museu do Cairo; e uma enfermeira. Ao adentrar a sala, os alunos eram recepcionados pela assistente do Museu. Todos ganharam crachás com seus nomes e sua função a ser exercida na expedição (indicado pela cor do crachá): arqueólogo ou historiador. Dentro do espaço encontravam-se a arqueóloga chefe e a historiadora chefe que continuavam a recepção e organizavam as crianças em semicírculo, voltadas para o *data-show*, já divididas pelas cores. Com todos os presentes, começaram a apresentação.

A apresentação consistiu em retratar, de forma dramatizada, as pessoas/personagens/profissionais da expedição aos alunos e a ideia da oficina, que era a expedição em si: objetivos e local. Passamos o comunicado de que tinham sido convocados a formar uma equipe que viajará ao Egito, mais precisamente ao deserto do Saquara, ao sul do Cairo, local mais provável de encontrar algo, a mando do Museu Nacional do Rio de Janeiro por conta do concurso.

O passo seguinte foi formar a equipe. Perguntamos aos alunos se eles conseguiam identificar nos crachás, entregues no início, as suas funções. Dessa forma, eles fizeram uma leitura de imagem por meio dos símbolos do historiador e do arqueólogo. Em seguida, estas profissões foram explicadas pela historiadora chefe como parte integrante e fundamental para a expedição: as ações e dever de cada profissional. Assim como, as orientações para a viagem

e para entrar no Egito: documentação (passaporte e visto), exigências (vacinação contra a febre amarela), clima e hábitos culturais. Todas essas informações foram postas de forma dialogada com os alunos, ou seja, questionando sobre as informações que possuíam ou não.

Como é imprescindível a vacinação para ingressar no Egito, criamos a cena de vacinação contra a febre amarela, na qual, enfileirados, um por um os alunos andavam em direção à enfermaria montada por um varal e depois de receber a vacina, davam um grito pedido pela enfermeira, uma forma lúdica de brincar com a situação. Foi um momento de descontração, pois eles não imaginavam o que havia por trás dos panos, apenas visualizavam a enfermeira com cara de má. Assim, estavam prontos para prosseguir ao aeroporto e embarcar.

A cena imediatamente foi conduzida por uma aeromoça¹¹ que simulou o embarque e o voo. A simulação foi realizada utilizando a imaginação dos alunos que foram arrumados em dupla como a posição de poltronas de um avião. Durante a viagem foram expostas questões importantes da cultura, costumes, religião local, a região que deverá ser explorada, para que nenhum erro ou falta de informação causasse transtorno ao país visitado, também com o propósito de minimizar o estranhamento do intercâmbio de culturas.

Em sequência da viagem, os alunos chegaram ao laboratório do Cairo onde receberam o material necessário para a escavação: luvas, pás, pincel e a bandeirinha. Equipados, eles foram conduzidos pela assistente ao sítio arqueológico de camelo¹². Chegando ao local, encontraram o sítio¹³ já demarcado e limitado, esperando apenas a escavação. Divididos em duplas ou trios, cada um ficou responsável por uma parte deste. As tarefas nessa etapa foram:

1. Escavar o local;
2. Registrar os achados; ao encontrar sinalizar o local com a bandeira e chamar o fotografo.

Todas essas etapas foram observadas pela assistente, a historiadora e arqueóloga chefe, que ficaram de prontidão para ajudar nas ações. Em cada parte do sítio era encontrado algum objeto, transportado de maneira adequada – embrulhados em plástico bolha – pelos

¹¹ Papel exercido pela mesma aluna que fez o papel de Arqueóloga chefe. Nesse caso, ela colocou um adorno para se diferenciar: um lenço no pescoço.

¹² Mais uma cena criada por meio de movimentos oriundos da imaginação dos participantes, guiados pela personagem principal da cena.

¹³ O sítio foi montada com caixas quadradas de papelão e preenchidos com tecido TNT picados em formas de tirinhas, imitando os sítios arqueológicos egípcios.

participantes ao laboratório para a análise. Alguns não podiam ser descartados, pois era preciso averiguar se tal achado pertencia a XXX Dinastia ou não. No laboratório eles tinham de posse régua e lupas, instrumentos necessários para preencher a ficha técnica abaixo.

Ficha técnica

1. RG – número do registro geral da peça
2. Proveniência (local do achado)
3. Material
4. Dimensões (cm) – largura e altura da peça
5. Inscrições – detalhar inscrições que a peça possuía.
6. Descrição – descrição que permite: a visualização do objeto; diferenciar o objeto dos outros no acervo.
7. Conservação – registrar informações referentes ao estado de conservação da peça.

Só a ficha completa não era suficiente para saber se a peça pertencia à Dinastia que o concurso pedia. Por isso, foi oferecido um pequeno texto sobre esse período. Com as informações iniciais eles iriam descartando os objetos e chegando ao *shabti*. O próximo passo foi preencher a ficha da biografia do objeto, relacionado abaixo:

1. Nome da peça
2. Data ou período – o tempo em que o objeto foi produzido.
3. Contexto de produção da peça – dados sobre o período na qual a peça foi produzida
4. Função do objeto
5. Relevância da peça para a sociedade – explicar a importância do objeto para estar numa exposição
6. Referências ou publicações – obras utilizadas para a construção dessa ficha e que servem para futuros estudos.

A etapa final consistiu em justamente apresentar todas as informações coletadas a Diretora do Museu do Cairo. Os alunos podiam apresentar de maneira que se sentiam melhor e a recompensa pelo achado foram moedas de chocolates.

Após a atividade, enviamos uma avaliação, dada à professora de História oficial da turma que participou. Com esta, conseguimos ter um retorno sobre a oficina e sua eficácia ou não. Dentre outras, fizemos a seguinte pergunta: “O que mais gostou na Oficina de Egito?” e obtivemos respostas, como: “Gostei porque foi algo criativo, que eu realmente aprendi e pensaram em cada detalhe: visto, vacina, viagem, camelo, jipe batendo nas pedras, o material, etc. Foi uma brincadeira, mas um aprendizado”; “Aprender e me divertir ao mesmo tempo”. Ao serem indagados “O que você aprendeu sobre história com a Oficina?” destacamos as seguintes falas: “Aprendi sobre o *shabti*, sobre como era e como fazemos para recolher as fontes, aprendi a identificar objetos”; “Aprendi muitas coisa novas e interessantes e relembrar muitas que já tinha esquecido”. Tal avaliação demonstrou o êxito da oficina e a marca que deixaram nos alunos.

CONCLUSÃO

Os museus têm se constituído cada vez mais como espaços formativos perante os professores da educação básica. As potencialidades dos patrimônios e da cultura material nem sempre são tão claras. Optamos nesse viés justamente pela sua ausência na sala de aula. Buscamos mostrar suas potencialidades para a construção do conhecimento histórico sem descartar a documentação escrita, também fundamental no processo. A oficina pedagógica apresentada demonstra como é possível a realização de uma atividade dinâmica com a temática da História antiga, sem ser uma etapa ruim tanto para professor quanto para o aluno.

Inclusive a Educação Patrimonial esta aí para agregar ao Ensino de História e vice-versa. São ações que tem em comum a conscientização de todos da sociedade enquanto seres históricos e ativos, no reconhecimento de seu papel enquanto cidadãos. Incentivar a participação social é um objetivo que pode ser alcançado pela história junto aos bens culturais. Porém, é preciso ampliar o olhar e entender que o processo educacional não se restringe à escola, mas também se insere em contextos culturais reconhecendo a contribuição de outras agentes educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Adriana M.; VASCONCELLOS, Camilo de M.. Por que visitar museus? In: BITTENCOURT, C. M. F. (Org.). **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 104-116.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

CABRAL, B. Â. V. **Drama como método de ensino**. São Paulo: Hucitec e Mandacaru, 2006.

ELAZARI, J. M. Ação educativa em museus: a terceira idade construindo conhecimentos a partir de objetos no MAE/USP. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 19: 337-354, 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/264445593/Acao-educativa-em-museus-com-3-idade-pdf#scribd>> Acessado em Junho de 2015.

FUNARI, Pedro Paulo A. A renovação da História Antiga. In: KARNAL, Leandro. (Org.) **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2008, p. 95-108.

_____. Fontes arqueológicas: os historiadores e a cultura material. In: REDE, M. História e cultura material. In: CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (Org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 133-150.

GAMA, Cintia Alfieri. **Os servidores funerários da coleção egípcia do Museu Nacional**: catálogo e interpretação. 2008. 524f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

GONÇALVES, J. R. S. Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios. **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 60, p. 7-26, 2005.

YASSUDA, S. N. **Documentação museológica**: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. Marília: Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.